

## Resenha bibliográfica 1

# Amazônia – desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)

HALL, Anthony L. *Amazônia — desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 300 p.

ALOÍSIO BARBOZA DE ARAÚJO\*

Como indica o subtítulo, o autor propõe-se examinar a gênese e os efeitos do Programa Grande Carajás (PGC), com ênfase nos aspectos agrários e ambientais, estando presente em ambos a preocupação central: os efeitos perversos sobre as populações de baixo nível de renda.

O livro, publicado recentemente no Brasil (1991), foi concluído em Londres em 1988. Embora atual, a obra não capta os desdobramentos da questão ocorridos nos anos de 1989 e 1990. Talvez por isso, o autor houvesse por bem adicionar um prefácio à edição brasileira, datado de dezembro de 1990. De fato, ocorreram algumas mudanças significativas, tanto no âmbito das políticas governamentais como no que toca à bibliografia sobre o assunto, que se enriqueceu consideravelmente.

Os primeiros dois capítulos tratam da descrição histórica das políticas para a Amazônia nos últimos 40 anos (Capítulo 1) e da criação do PGC (Capítulo 2). Já os Capítulos 3 a 5 falam de “Carajás e a crise agrária”, sendo que o Capítulo 4 dá maior atenção aos aspectos ambientais. Finalmente, o Capítulo 6 procura examinar sob diversas perspectivas teóricas o futuro da região e de sua população rural, sumaria as conclusões apresentadas nos outros capítulos e exorta os pequenos agricultores a resistirem a tentativas de sua eliminação por parte dos planejadores.

---

\* Do IPEA-Rio.

Trata-se, sem dúvida, de trabalho sério, bem fundamentado, embora destituído de originalidade maior; tem-se uma compilação bastante competente de boa parte da bibliografia disponível, e os efeitos negativos do Programa Ferro Carajás estão bem documentados. Da mesma forma, a dolorosa questão da violência da terra é descrita com minúcia e competência nos Capítulos 3 e 5.

De maneira geral, os efeitos nocivos das políticas governamentais na Amazônia têm sido reconhecidos, ainda que lentamente, pelo governo federal. Ao longo dos últimos anos, algumas correções de rumo têm sido implantadas sem chegarem à raiz dos problemas, o que implicaria mudanças tão drásticas que seriam somente factíveis a longo prazo.

Por outro lado, qualquer análise envolvendo a região amazônica esbarra em dois grandes problemas: *a*) a sua dimensão geográfica e a sua própria diversidade; e *b*) a insuficiência de conhecimentos técnico-científicos sobre florestas tropicais úmidas, e as conseqüentes controvérsias, às vezes entre cientistas de equivalente reputação ocorrem. Já no prefácio à edição brasileira, o autor dá uma idéia disso, quando diz que o Ibama alegara, conforme o jornal *O Globo*, que reduzira a taxa de desmatamento em 50% em 1990, enquanto críticas (infelizmente não identificadas no texto) argumentavam que a redução se dera por causa das chuvas no período (p. 10).

Como outros autores, Anthony Hall não ficou imune a estes problemas; na maioria dos casos, soube enfrentá-los galhardamente, não se seduzindo pelo maniqueísmo fácil e atraente de postar-se do lado dos mais fracos. Em outros, entretanto, o que são impressões tornam-se certezas e o que são utopias transformam-se em propostas factíveis.

Um dos pontos abordados e algo insatisfatório diz respeito às motivações de criação do PGC; não se trata de mera minúcia, não só por ser um tema recorrente, mas também porque a partir daí se pretende explicar a política governamental para a Amazônia. O autor aparentemente se surpreende com o interesse da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em “transferir a produção de ferro e aço de Minas Gerais, com suas florestas exauridas, para a Amazônia” (p. 61 e 259), o que seria racional e não necessariamente catastrófico. Parece surpreender-se também com o fato de que as perspectivas de geração de divisas do PGC animassem “sucessivos governos” (p. 258), num momento em que começa a se avolumar a gigantesca dívida externa brasileira. Por outro lado, o autor menciona a “pressão de empresas transnacionais e governos estrangeiros” (p. 61), mas não fornece nenhuma pálida indicação desses fatos.

Na verdade, o PGC origina-se de estudos para a exploração comercial do minério de ferro em Carajás, que datam do início dos anos 70, sendo que o de viabilidade técnico-econômica foi concluído em 1974 [Margulis (1990, p.7)]. A partir daí, a Companhia Vale do Rio Doce concebe um projeto mais amplo, que veio a se transformar, posteriormente, no Programa Grande Carajás. No ano citado, não obstante a crise do petróleo, vivia-se no Brasil um momento otimista, graças às altas taxas de expansão do produto e ao dinheiro externo até então abundante. Não desapareceram, contudo, as preocupações de cunho geopolítico, em que a Amazônia ocupava papel predominante: o vazio demográfico, as extensas fronteiras, a

surpresa da guerrilha rural (com um certo apoio da população local) eram preocupações constantes dos militares brasileiros, que consideravam a ocupação da Amazônia um objetivo claramente prioritário. Mais tarde, a própria crise do balanço de pagamentos iria contribuir para a implementação do projeto, através de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano. Observa-se, por outro lado, que as multinacionais do setor mineral se opunham à implantação do projeto, sobretudo no que toca à fase industrial, ameaçadora da concorrência [Margulis (1990, p.8)]. Fica menos claro, portanto, o papel das empresas transnacionais no PGC, que é, afinal, o objeto de estudo desse livro.

Na questão ambiental, o autor defronta-se com os mesmos problemas; a “Amazônia e o meio ambiente” é sem dúvida um tema bastante controverso, sendo difícil fazer afirmativas peremptórias e corretas ao mesmo tempo. O Capítulo 4 tem como subtítulo “o desaparecimento da floresta tropical úmida”, prenunciando uma catástrofe que, na opinião de muitos autores, está cada vez mais difícil de ocorrer. Neste desastre, até a cura do câncer seria postergada (p. 151), e os prejuízos à farmacopéia seriam incalculáveis. O autor lista taxas de desmatamento, também passíveis de contestação, algumas delas francamente imprecisas, como as que se referem ao desmatamento no *sul do Pará*, por exemplo (p. 158). A taxa de desflorestamento da região como um todo deve situar-se em torno de 8%, o que não impede a existência de situações críticas em algumas microrregiões. Todavia, é precisamente esta variação intra-regional que torna difícil o estabelecimento de projeções confiáveis para as próximas dezenas de anos [Reis e Margulis (1990, p.11)]. A principal causa do desmatamento — a pecuária — vem sofrendo um certo refluxo. Por outro lado, a contribuição da Amazônia para o chamado efeito-estufa e para a destruição da camada de ozônio ainda está por ser determinada, mas sem sombra de dúvida é menor do que se estimava até recentemente [Reis e Margulis (1990, p.12)].

Igualmente controversa é a questão relativa ao papel dos incentivos fiscais e creditícios nos investimentos feitos na região, que sem dúvida são indutores poderosos. Porém, afirmar que deles depende a viabilidade do Programa Grande Carajás (p. 65), do Projeto Tucuruí (p. 73) e, em parte, dos projetos de agropecuária (p. 163), é pecar por generalização excessiva, sobretudo no caso do PGC, que se compõe de dezenas de empreendimentos. A elevação da rentabilidade causada pelos incentivos não se confunde com a viabilidade *per se*; no caso do Projeto Ferro Carajás, já se pôde mostrar que, até com o uso do carvão vegetal e manejo florestal, a rentabilidade seria positiva.<sup>1</sup> Isso não quer dizer, obviamente, que o papel do governo não tenha sido crucial na efetivação destes investimentos, mas sim que a região oferecia atrativos próprios: minério abundante e de elevado teor, e terra barata, por exemplo.

Os dois capítulos referentes aos conflitos sociais e às dificuldades dos pequenos agricultores são provavelmente o ponto forte do livro, onde se descrevem as

---

<sup>1</sup> Margulis (1990, p.59). Anthony Hall reconhece a menor importância dos incentivos no caso da pecuária (ver a p. 278).

conseqüências perversas do “modelo” adotado, a resistência dos trabalhadores rurais e posseiros à seqüência de expulsões de que vêm sendo vítimas (Capítulos 3 e 5). Tem-se um relato vívido desta situação, com a descrição sumária de quatro casos bastante representativos da violência reinante em certas áreas da região amazônica que, se se relacionam com a situação agrária do resto do país, estão mais intimamente ligados às características adotadas para a chamada ocupação econômica e integração da Amazônia. Tem-se aí a exacerbação de um conflito de interesses, em que somente a intervenção governamental, alterando expressamente este modelo, é capaz de eliminar ou, pelo menos, minorar.

A solução proposta pelo autor está contida no Capítulo 6. Critica o “viés anticamponês do Estado brasileiro” (p. 270) e afirma que “os formuladores de políticas tentaram (...) promover a imagem dos agricultores de semi-subsistência como indivíduos atrasados (...) e, de quebra, inclinados a períodos de ‘indolência tropical’” (p. 258). É uma pena que Anthony Hall não tenha informado a sua fonte, escrita ou oral, tendo em vista que há muito tempo se abandonaram no Brasil as teorias racistas e as do determinismo geográfico, ao menos ostensivamente.

Sua proposição, finalmente, é exposta de modo impressionista, apoiando-se em alguns estudos agrônômicos que aparentemente demonstram a viabilidade econômica da pequena agricultura e da silvicultura no sentido de “atender, em base sustentável, uma proporção muito maior da população rural sem terra do que permite a atual estratégia do desenvolvimento” e, até, “gerar um excedente comercial” (p. 270-271). O autor não se decide se se trata de uma atividade complementar ou se irá substituir o “modelo predominante” (p. 270).

Embora Hall não ignore que se trata de tarefa bastante complexa (p. 275) e que também sejam necessários incentivos do Estado (p. 271), sua proposta não chega a ser convincente, considerando-se a Amazônia como um todo. Não fica claro, por conseguinte, se se trata de uma alternativa exequível, haja vista que as experiências citadas no capítulo se referem a pequenas comunidades, dentre estas algumas indígenas, cuja inserção no capitalismo é bastante precária.

O próprio conceito de sustentabilidade implica, no mínimo, desaceleração do crescimento, e a proposta, vista globalmente, representa um freio à expansão do capitalismo. A história não registra a existência de países capitalistas que tenham voluntariamente renunciado à expansão do sistema e à obtenção de taxas de crescimento permanentemente superiores às da agrossilvicultura.

Assim, abstraindo todos os problemas agrônômicos e gerenciais, restam os de natureza política e macroeconômica, que certamente tornam pouco exequível a solução global centrada na agrossilvicultura, o que não chega a comprometer a qualidade da obra, a qual, no entanto, parece mais útil para leitores estrangeiros.

## **Bibliografia**

MARGULIS, Sergio. *O desempenho do governo brasileiro e do Banco Mundial com relação à questão ambiental do Projeto Ferro Carajás*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990 (Texto para Discussão, 193).

REIS, Eustáquio José, MARGULIS, Sergio. *Perspectivas econômicas do desflorestamento da Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990, Mimeo.